

AGRICULTURA FAMILIAR E ESPECIALIZAÇÃO AGRÍCOLA: CAMINHOS E DESCAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO SUL / SUDOESTE DE MINAS GERAIS

Patrício Aureliano Silva CARNEIRO¹

Resumo

Neste artigo são discutidas as lógicas produtivas de explorações familiares no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, identificando problemas e vantagens para construção da sustentabilidade socioespacial. Os estágios diferenciados dos agricultores nos levaram a adotar os enfoques teóricos de Chayanov, Kautsky e Lamarche. As explorações familiares convencionais têm substituído a policultura por produtos ditados pela lógica do mercado, com sua conseqüente subordinação aos canais de produção agroindustrial ou de comercialização. Por outro lado, as explorações familiares orgânicas têm possibilitado a melhoria da qualidade de vida e a transmissão do patrimônio cultural rurais, além de estar influenciando as relações de vizinhança. Apesar de atreladas às cooperativas de comercialização, estão mais próximas da sustentabilidade rural. Os resultados sinalizam que a empresa familiar estudada não é sinônimo de *pequena produção* ou de *agricultura camponesa*. Mas, há de se ressaltar que os agricultores familiares desta região diferem, substancialmente, de outras partes do estado, principalmente daqueles da Zona da Mata, do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

Palavras-chave: Empresa Familiar. Subordinação Agroindustrial. Sustentabilidade Socioespacial Local. Sul/Sudoeste de Minas.

Abstract

Familiar agriculture and agricultural specialization: ways and noways for the sustainable rural development in the south / south-west of Minas Gerais

This article discusses the productives logics of familiar explorations in the South/South-West of Minas Gerais, identifying some problems and advantages for construction of the sustainability sociospatial. The differentiated trainings of the agriculturists guided us to adopt Chayanov, Kautsky and Lamarche's theories. The conventional familiar explorations have substituted the polyculture for products dictated by the logic of the market, with its consequent subordination to the channels of agro-industrial production or commercialization. On the other hand, the organic familiar explorations helped to improve the quality of life and to transmit cultural patrimony from these regions, besides influencing the neighborhood relations. Despite familiar explorations are linked to commercialization cooperatives, they are nearest to the sustainability rural. The results show that familiar company, which is studied in this paper, is not synonymous of *small production* or *peasant agriculture*. Although, it's important to say that the familiar agriculturists from this region differ, substantially, from the other parts of the state, mainly of those of the Zona da Mata, Jequitinhonha and North of Minas Gerais.

Key Words: Familiar Company. Agro-industrial Subordination. Sociospacial Local Sustainability. South/South-West of Minas Gerais.

¹ Professor do Departamento de Artes e Humanidades - Curso de Geografia - da Universidade Federal de Viçosa. Av. PH. Rolfs, s/n., Campus Universitário, Viçosa (MG). CEP: 36.570-000. E-mail: patricio@ufv.br

INTRODUÇÃO

O crescimento da agricultura, durante os anos de 1950 e 70, se deu, de acordo com Hobsbawn (1995), através da desigualdade, pois ao mesmo tempo em que levou a uma intensa produção de alimentos, contraditoriamente intensificou a fome e a miséria.

Parte da explicação para esta *Geografia da Desigualdade* reside na modernização da agricultura que atingiu seletivamente o território brasileiro a partir da década de 1950. O Sistema Nacional de Crédito Rural, o crescimento da urbanização e das exportações e a definição de um padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado configuraram um modelo conservador de desenvolvimento rural na concepção de Delgado (1985). Esse tipo de modernização foi seletivo por regiões, aquelas com possibilidades de aproveitamento em escala empresarial; por produtos, direcionada para a expansão de culturas de exportação não tradicionais; e por produtores, voltada aos poucos e grandes produtores.

Inúmeros autores defendiam que as vitórias contra a pobreza e a fome se resumiam na aplicação, em larga escala, de todos os conhecimentos científicos e tecnológicos à agricultura, visando uma produtividade maior que, então, suprimiria as necessidades de alimentação da população como um todo². Porém, o uso que se deu à técnica e à ciência garantiu apenas safras cada vez mais elevadas, incitadas pela exigência contínua de ampliação dos mercados, vencendo por vezes as adversidades naturais dos meios mais hostis, mas que, no entanto, não resolveram o problema da fome entre a crescente população de pobres e miseráveis no conjunto da sociedade.

Do ponto de vista sócio-econômico, Carneiro e Pereira (2005) demonstraram que a enorme contradição entre crescimento da produção agrícola e, ao mesmo tempo, da população de famintos indica que o Brasil tem obtido muito mais êxito em produzir alimentos, principalmente daqueles voltados para a nutrição animal em mercados europeus, do que produzir e distribuir alimentos básicos para o mercado interno. Segundo os autores, desde o início de 1990, o país tem apresentado um crescimento contínuo da sua safra de grãos, que no ano de 2002/03 alcançou o dobro em comparação ao início da década anterior. Em contrapartida, a população de famintos também vem crescendo no país desde 1990.

Do ponto de vista político, a transformação na base técnica da agricultura possibilitou uma revolução na produtividade agrícola, mas acentuou a dependência do território brasileiro aos interesses das grandes empresas multinacionais; produtoras de sementes, insumos e máquinas. O território nacional foi subjugado pelo capital estrangeiro que determina o que será produzido, regula as safras, os preços e o destino da produção e, ainda, subjugou as políticas governamentais. O resultado foi a substituição da produção de gêneros alimentícios básicos da sociedade brasileira pelas culturas que interessam ao mercado internacional, revelando um *uso alienado* do território no que tange às necessidades nacionais e que gera consequências socioespaciais desastrosas.

Do ponto de vista ambiental, Costa (1993) sinalizou que a política científica e tecnológica, entendida como os setores de ensino, pesquisa, fomento e extensão rural, não relevou nossas características tropicais e subtropicais, pois as técnicas, sistemas e processos de produção agrícola de regiões temperadas são ineficientes e inadequadas quando transplantadas para regiões tropicais como o Brasil. Nas regiões temperadas, os nutrientes estão concentrados no solo que apresentam elevados teores de matéria orgânica em lenta decomposição, em função das restrições térmicas, hídricas e radiantes. Em contrapartida, nas regiões tropicais, a maior disponibilidade de radiação luminosa, temperatura e umidade condiciona uma ciclagem mais rápida do carbono e demais nutrientes, concentrados, em grande parte, na biomassa e não nos solos, que via de regra são ácidos e pobres em

² Para mais detalhes consultar: Parker (1966), Benarde (1971) e Edward (2004).

nutrientes. As práticas de mecanização da agricultura intensiva, em condições de elevada pluviosidade e temperatura, promovem uma acelerada degradação física e biológica do solo, devido à sua compactação e destruição da matéria orgânica. Ademais, o uso indiscriminado de agrotóxicos, em ecossistemas diversificados, acentua os desequilíbrios biológicos e induz o surgimento de insetos resistentes, patógenos, a ressurgência e o aparecimento de pragas secundárias, a contaminação ambiental dos alimentos e a intoxicação dos trabalhadores rurais.

Hoje, conforme estudo conjunto da FAO e do INCRA (1994), a agricultura patronal emprega poucos trabalhadores residentes e produz acentuada concentração da propriedade da terra e da renda, ao passo que a agricultura familiar possui um perfil essencialmente distributivo, supre o mercado interno com produtos alimentares de baixo custo, além de ser incomparavelmente melhor em termos socioculturais. Dada a importância da agricultura familiar no abastecimento do mercado interno, no emprego de mão-de-obra, na manutenção da família no campo e na diversificação e integração de atividades animais e vegetais, este trabalho procura, a partir de três estudos de caso no Sul/Sudoeste de Minas, delinear a diversidade das lógicas produtivas internas de explorações familiares, apontando seus problemas e vantagens para se alcançar as sustentabilidades ambiental, econômica, social, espacial e cultural.

VERTENTES TEÓRICAS DA EXPLORAÇÃO FAMILIAR

O debate clássico relativo à exploração familiar pode ser compreendido nos enfoques dos trabalhos de Lênin (1982), Chayanov (1974) e Kautsky (1980). O critério chave da teoria de Lênin consiste no estabelecimento da importância do trabalho assalariado no contexto do campesinato russo, processo este que levaria à diferenciação social do campesinato. Chayanov defende que apesar do predomínio das formas capitalistas de produção na agricultura, prevalece um tipo de exploração agrícola cuja racionalidade não pode ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas (marxistas) e das teorias modernas derivadas delas. O autor defende o caráter não capitalista da economia camponesa, que produz *valores de uso* para o autoconsumo, diferente do modo de produção capitalista, que produz *valores de troca*. O ponto central da obra de Kautsky consiste na ênfase da subordinação da agricultura à indústria, na qual o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado, na verdade, exercendo o mesmo papel de *proletário*.

No debate atual da exploração familiar, novas concepções teóricas têm-se delineado. Podem-se destacar dois enfoques. O primeiro, esboçado por autores como José de Souza Martins (1979) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990), aponta que a manutenção da *agricultura camponesa* se deve à sua funcionalidade ao capitalismo. Os autores defendem que a própria expansão capitalista no campo é responsável por criar e recriar as relações não-capitalistas de produção, ou seja, seria o processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital que além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Esta contradição não é só histórica, mas também lógica, pois se reproduz em qualquer momento da expansão do capitalismo moderno. A utilização das relações de produção não-capitalistas possibilita ao capitalista aumentar o seu capital, pois o capitalista recebe parte do fruto do trabalho dos parceiros e camponeses e o converte em capital, processo entendido como sendo a sujeição da renda da terra ao capital, a produção do capital pela via especificamente não-capitalista.

O segundo enfoque, delineado por Lamarche (1993), procura evitar classificações do tipo *campesinato* ou *pequena produção*, adotando o termo *agricultura familiar* como uma

categoria que compreende diferentes classes sociais no contexto da exploração familiar. No âmbito do debate conceitual, Lamarche (1993) parte do pressuposto de que há uma diversidade de formas de exploração, segundo as condições objetivas de produção, quando se leva em conta a exploração familiar. Segundo este autor, a dificuldade de uma definição precisa do tipo *agricultura camponesa* reside na existência de várias unidades produtivas, com diferentes dinâmicas internas dentro da agricultura familiar.

Baseando-se no grau de lógica familiar e na relação entre autonomia e dependência da exploração ao mercado, Lamarche (1993) apresenta quatro tipologias da exploração agrícola: a empresa agrícola, a empresa familiar, a exploração familiar moderna e a exploração camponesa. A empresa agrícola seria completamente dependente do mercado e não familiar. A empresa familiar seria dependente do mercado e familiar. A exploração familiar moderna possuiria máxima autonomia, mas inexistência da lógica familiar. A exploração camponesa seria autônoma e totalmente familiar.

Para este autor, a organização familiar opera em três direções: produção, consumo e acumulação do patrimônio, determinadas pelo conjunto doméstico e pela fase que a família atravessa, podendo permitir que cada geração venha a assegurar um nível estável para o conjunto da família. A renda líquida obtida com a venda da produção não tem a ver com a categoria lucro, pois representa trabalho da família e será destinada de acordo com o projeto familiar.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se apoiou em revisão bibliográfica, consulta aos censos agropecuários e trabalhos de campo, realizados em estabelecimentos agrícolas nos municípios de Varginha, Andradas, São Sebastião do Paraíso e Jacuí (Sul/Sudoeste de Minas Gerais) e coordenados pela Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini, entre os dias 23 e 26 de março de 2006.

O Sul/Sudoeste de Minas é uma região com grande representatividade da agricultura familiar. Dos 80.879 estabelecimentos agrícolas identificados pelo *Censo Agropecuário* de 1995/96, 73.015 ou 90% do total possuíam área inferior a 100 hectares ou 40 alqueires. Historicamente, a economia regional foi comandada pelo setor agropecuário que tem no cultivo de café a sua principal base econômica³. Esta cultura ocupou as terras das matas de encostas, mais férteis e não muito frias. A pecuária leiteira também se destaca como uma atividade que visa assegurar parte da renda agrícola em momentos de crise da cultura do café. Ela ocupou as terras mais altas, cobertas por campos e cerrados. Recentemente, destacam-se a intensificação de cultivos de laranja, alho, figo, uva e cana-de-açúcar.

As áreas adotadas foram: a) a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santana, localizada na zona rural do município de Varginha. Justifica-se sua escolha pela existência de projetos de desenvolvimento rural local a partir do manejo integrado de bacia hidrográfica; b) uma comunidade rural situada na Serra dos Limas, município de Andradas. A sua seleção reside no fato de que os agricultores familiares já passaram do modelo convencional de produção agrícola e atualmente têm se inserido na agricultura orgânica; c) a comunidade rural denominada *Queimada Velha*, no município de São Sebastião do Paraíso; e no município de Jacuí, uma comunidade rural a Noroeste da sede municipal. Estas duas áreas foram escolhidas em virtude de apresentarem agricultores familiares com produção especializada, ora de pêssego, ora de figo, atrelados a uma agroindústria local incipiente.

³ O café produzido no Sul/Sudoeste de Minas é importante nos contextos regional e estadual. A região é a maior produtora de Minas Gerais. Segundo dados da *Produção Agrícola Municipal* do IBGE, no ano de 2004, a produção foi equivalente a 567.604 toneladas.

O trabalho de campo foi o principal instrumento usado para coletar dados sobre o ambiente, seja a partir da observação direta e sistemática, visando, de acordo com o objetivo do estudo, identificar os fenômenos de ordem espacial no campo; ou a partir de entrevistas realizadas de forma não-estruturada, no intuito de conhecer a realidade local dos agricultores, a sua história, as práticas de produção agrícola e a organização da unidade familiar de produção. Foram efetuadas anotações na caderneta de campo e, posteriormente, adotou-se o recurso da transcrição de trechos das conversas com os agricultores.

Os produtores familiares foram analisados sob a ótica da *unidade familiar de produção*. Os trabalhos de campo nos permitiram identificar uma diversidade de agricultores familiares em estágios diferenciados, seja a partir da sua lógica produtiva interna ou a partir da sua relação com o mercado. Alguns, ainda se inserem no modelo convencional, com traços tipicamente produtivistas, atrelados às cooperativas de comercialização ou às agroindústrias. Outros já passaram pela modernização técnica da agricultura, abandonaram o modelo convencional e atualmente se inserem na agricultura orgânica. Isto nos levou a optar pelo termo *agricultura familiar* e a fazer uso dos enfoques teóricos de Lamarche (1993), Chayanov (1974), Kautsky (1980) e Oliveira (1990).

A noção de *desenvolvimento rural* neste trabalho é compreendida a partir de cinco dimensões, segundo a concepção de Sachs (1993). A dimensão social visa construir uma maior equidade na distribuição da renda, garantindo a reprodução social da família no campo. A dimensão econômica deve ser capaz de produzir, em função dos investimentos públicos e privados, resultados eficientes para os agricultores em termos de ganhos econômicos. A dimensão ecológica deve se pautar pela utilização racional dos diversos ecossistemas, atentando-se para sua conservação. A dimensão espacial deve ser dirigida no sentido de se buscar uma configuração rural mais equilibrada, principalmente em termos das atividades econômicas. A dimensão cultural se vincula a um conjunto de soluções que atendam às especificidades de um local e que garantam a transmissão do patrimônio sócio-cultural das famílias rurais.

A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO SANTANA E O MANEJO INTEGRADO COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL SUSTENTÁVEL

A Sub-Bacia do Ribeirão Santana abriga mais de 100 nascentes e 150 famílias de agricultores. Com 37km², localiza-se na Bacia do Rio Verde, zona rural de Varginha (MG), sendo responsável pelo abastecimento de 70% da demanda de água da população urbana de 109 mil habitantes do referido município.

A relevância ambiental da área, o comprometimento das nascentes e a expansão das pastagens culminaram num convênio firmado entre a EMATER, Prefeitura Municipal, IEF e CODEMA. Um técnico da COPASA, numa entrevista realizada por Oliveira (2004, p.71), apontou que:

[...] este manancial [Ribeirão Santana] era responsável por 80% do abastecimento de Varginha. Existia uma exploração agrícola muito grande em termos de café e de outras culturas e surgiu a necessidade de manter um equilíbrio.

A primeira experiência de proteção da bacia, de acordo Oliveira (2004), remonta a 1985 e se deu com intervenções pontuais, combate à perda de solo, cuidados com o uso de agrotóxicos e fechamento de algumas nascentes, resultado das pressões da população urbana e de técnicos da EMATER. O marco institucional coincidiu com a instalação do

Programa Nacional de Microbacias (PNMH) da Prefeitura Municipal de Varginha que criou a Comissão Municipal de Microbacias Hidrográficas do município, um programa cujo objetivo principal buscava contemplar os diversos segmentos da sociedade pela sua forte base comunitária. Porém, segundo o referido autor, a ausência de participação da comunidade de agricultores fez com que os problemas fossem encarados somente como aqueles decorrentes da dimensão ambiental, advindos de uma agricultura convencional que ao utilizar agrotóxico e produzir erosão, comprometia o volume e a qualidade das águas no abastecimento urbano.

Num segundo momento, Oliveira (2004) destacou que quando o projeto ganhou novas diretrizes com implementação de técnicas de conservação ambiental, em virtude da liberação de verbas, e buscou políticas de descentralização, deixando de encarar os agricultores como passivos do projeto, a comunidade começou a se tornar mais participativa. Avaliando os resultados do projeto, o autor apontou que a ação dos órgãos institucionais tornou o território do Ribeirão Santana diferenciado, os agricultores não se sentem como membros de um projeto, mas no contexto de uma extensão rural, com zelo para a conservação do recurso água ou na produção de um espaço multifuncional que visa à divulgação de técnicas de produção e de conservação.

As principais medidas de controle ambiental, observadas no campo, consistiram no cercamento das nascentes, na construção de bacias de captação e no combate à proliferação das pastagens. Segundo afirmação do técnico da EMATER:

No começo tivemos dificuldade de fazer o agricultor entender o que ele deveria fazer, por que ele pensou, até 1990, que era um encargo que a gente estava levando para ele; uma coisa a mais, se ele estava produzindo água para a cidade seria uma penalidade para ele. Com o passar do tempo ele foi percebendo as melhorias e os benefícios do projeto (OLIVEIRA, 2004, p.69).

Enquanto o projeto gerou alterações apenas na dimensão ambiental, o manejo integrado da bacia foi visto como oneroso pelos agricultores. Mas, quando os resultados ambientais sinalizaram benefícios para a dimensão econômica, fortalecendo a economia local, as famílias compreenderam a necessidade de engajar, de forma ativa, no projeto de conservação ambiental.

O agricultor perdeu o uso da terra ao redor da nascente, porém garantiu o suprimento hídrico em seu estabelecimento. Em quinze anos de fechamento de nascentes, muitas já sinalizam acentuada regeneração da mata.

Alguns fatores foram importantes para se alcançar resultados positivos na bacia, entre eles: a existência de uma faixa de vegetação no topo dos morros; o plantio do café adensado em curva de nível e com linhas de quebra-vento com culturas de bananas; as bacias de contenção; o plantio direto e a introdução de pastagens com terraços em nível ou em patamares; práticas que possibilitaram aumentar a infiltração da água e reduzir a perda de solo.

O uso da terra observado na bacia tem se tornado multifuncional e o trabalhador pluriativo. Em uma entrevista a uma agricultora, esta afirmou: "trato de 60.000 pés de café, eu não sou dona de casa, sou dona da casa". No estabelecimento agrícola, os filhos migraram para estudar na cidade. A mãe os incentivou porque para ela "os filhos tinham que cuidar da vida deles". Para o pai, "o filho do meio migrou por conta própria, queria que ele me ajudasse, mas ele não queria mexer com roça".

Esta oscilação demográfica no interior da unidade familiar torna necessária a contratação de mão-de-obra temporária. A dinâmica demográfica da unidade familiar seria o fator impulsionador da contratação de mão-de-obra temporária em alguns momentos do ciclo agrícola, pois os membros das famílias não são suficientes para dar conta das tarefas, neste caso, da colheita do café.

De acordo com Oliveira (2001, p.58), a contratação de trabalho assalariado no interior da unidade camponesa se deve ao ciclo de existência da família, pois "há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços". Chayanov, apesar de teorizar sobre a unidade familiar no contexto do trabalho não pago, chega a conceber o trabalho assalariado no amplo conjunto da economia camponesa. Segundo o autor:

[...] Podemos distinguir entre a exploração agrícola de trabalho familiar e a semifamiliar que utiliza trabalho pago, além da força de trabalho familiar, mas não em extensão tal que dê à exploração um caráter capitalista. O estudo teórico deste caso mostra que a presença da categoria salários modifica um pouco o conteúdo das categorias usuais da exploração familiar, mas não chega a substituí-las pelas categorias de uma exploração capitalista (CHAYANOV, 1981, p.156).

Este parece ser o caso de um dos trabalhadores assalariados, contratado pelo estabelecimento agrícola analisado. Ele e sua mulher são agricultores, possuem a sua própria terra e plantam café. No momento em que a amplitude da família e do ciclo agrícola o permite, ele se aluga por um salário, e vai buscar uma fonte de renda monetária suplementar a partir do trabalho acessório. Chayanov nos revela a pressão do desenvolvimento numérico da família que se verifica na

relação entre mão-de-obra própria e assalariada que atua no aparato da produção individual e no grau em que a própria mão-de-obra excedente vai trabalhar em outra parte [...] A família camponesa, sem terra nem meios de produção suficientes para a utilização completa de toda sua força de trabalho, coloca seu excedente em outra forma de atividade econômica (CHAYANOV, 1974, p.58 e 125).

A mudança na forma de contratação de trabalhadores, de temporária a permanente, é possível na unidade familiar quando esta, em função da intensificação da produtividade de seu trabalho, começar a acumular dinheiro. Para Chayanov:

Com uma alta produtividade de sua força de trabalho, a família camponesa tenderá, naturalmente, não só a cobrir suas necessidades pessoais como também a ampliar a renovação do capital e, em geral, a acumular capital (CHAYANOV, 1974, p.133).

A acumulação no interior da unidade produtiva poderá transformar os agricultores empregadores em pequenos capitalistas, ou no que Lamarche (1993) chamou de *empresa agrícola*, dependente do mercado e destituída da lógica familiar.

Dentre as tipologias da exploração agrícola, propostas por Lamarche (1993), o agricultor nesta bacia se encaixa na categoria de *empresa familiar*. A exploração está na dependência do mercado e o grau de lógica interna ainda se pauta na mão-de-obra familiar. Estes agricultores já deram o salto tecnológico; são extremamente produtivistas e se situam num grau máximo de exploração, direcionando todas as suas forças para a acumulação.

A despeito desse trabalho intenso na tentativa de acumulação, o agricultor tem consciência da apropriação do fruto do seu trabalho, ou seja, da apropriação da *renda da terra*, produto do seu trabalho excedente como salientou Oliveira (1990, p.73-8). Segundo a agricultora entrevistada: "A cooperativa nossa tá meio desonesta, mistura o café ruim com o café bom e vende pelo mesmo preço".

A possibilidade de venderem em outro mercado, fora das cooperativas, é restrito para esses agricultores, pois estes não dispõem de um sistema de armazenamento que possa estocar a sua grande produção, para assim aproveitarem os altos preços no mês de

janeiro. Desta forma, a única alternativa para este agricultor produtivista se inserir no mercado ainda passa pelo seu atrelamento às cooperativas de comercialização. Neste, caso, os grandes desafios para a sustentabilidade rural passam pela busca de autonomia do agricultor familiar e, principalmente, pela mudança no seu sistema de produção, ainda paudado pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A AGRICULTURA ORGÂNICA - LOCUS IDEAL DA SUSTENTABILIDADE

A segunda área de estudo se localiza na comunidade rural da *Serra dos Limas*, município de Andradadas (MG). As explorações familiares selecionadas são tecnificadas e já passaram pela modernização do café.

A introdução do café orgânico em Andradadas remonta a uma parceria estabelecida entre a Cooperativa de Poço Fundo e Região (COOPFAM) e a EMATER. Em 2003, no intuito de se buscar uma nova concepção de qualidade de vida no campo, dezesseis agricultores decidiram mudar, radicalmente, o seu sistema de produção do convencional para o orgânico. Hoje, de acordo com Pacheco (2005), são nove associados, dos quais seis cultivam café totalmente orgânico e três utilizam adubo químico (sistema SAT – sem agrotóxicos). Juntos, eles plantam 47 hectares, entre os 8 mil hectares de café cultivados na região, exportando a produção para os Estados Unidos, Canadá e Japão.

A unidade produtiva orgânica é entendida como um sistema complexo e dinâmico, que apresenta limites, componentes, interações, entradas e saídas. No seu enfoque holístico, busca-se relevar todas as interações existentes na natureza para a orientação dos sistemas de produção, sejam as inerentes ao meio biótico, sejam aquelas existentes entre o meio biótico e abiótico (COSTA, 1993).

Nos dois estabelecimentos analisados, a terra é fruto de herança e a mão-de-obra é exclusivamente familiar, trabalham na terra os pais e os filhos. Na colheita contratam mão-de-obra suplementar. A policultura é a marca destes estabelecimentos: plantam feijão no meio do café e possuem a pecuária como uma atividade voltada para o consumo interno.

Ao ser interrogado sobre a agricultura convencional, afirmou o primeiro agricultor: “o solo a cada dia vai ficando mais pobre, a gente vê o quanto que a terra tá sofrendo”. De acordo com um segundo agricultor: “em termos de saúde [a agricultura orgânica] também é melhor, trabalhar com muito veneno não é bom não”. Para um terceiro agricultor: “trabalhar no café orgânico é mais gostoso”. Além do motivo ambiental, apontaram os agricultores que a mudança também teve como motor principal a dimensão econômica. Para o segundo agricultor: “quanto mais dinheiro vir, melhor”.

Os agricultores familiares não convencionais, além de terem um suporte econômico garantido pela sustentabilidade ambiental, têm possibilidades de aumentarem suas rendas em função da formação de um mercado diferenciado para seus produtos.

A mudança do sistema convencional para o orgânico envolveu três dificuldades. A primeira residiu no fato de que as lavouras eram bem adubadas, havendo uma queda na produção devido à falta de prática e de conhecimento da nova técnica. A segunda dificuldade está no âmbito da produção, o cultivo orgânico demanda um maior tempo de trabalho no trato do cafezal. Como terceiro entrave foi destacada a relação de vizinhança. Para o primeiro agricultor: “o mais difícil é os vizinhos, as lavouras é toda unida, a questão das barreiras é difícil”.

Os agricultores dessa área detêm amplos conhecimentos do mercado e das condições climáticas. De acordo com o terceiro agricultor: “o que está atrapalhando é o câmbio”. Um quarto agricultor afirma olhar a previsão do tempo três vezes por dia. Ao ser perguntado

sobre a previsão do tempo, o mesmo ressaltou: "tem uma frente fria que tá acabando de passar".

Os agricultores desse local podem ser classificados, segundo Lamarche (1993), na categoria de *empresa familiar*. Eles procuram cada vez mais se inserirem num mercado competitivo, seja através do orgânico ou por meio do café convencional no mercado justo.

Em termos sócio-econômicos, este modelo de agricultura tem sido significativo no sentido de reduzir a dependência do agricultor familiar em relação aos insumos externos, que agora são produzidos no próprio estabelecimento, minimizando os custos de produção, e de valorizar, além das tradições rurais, o próprio homem em família e em comunidade.

A agricultura orgânica está criando as condições de sustentabilidade ambiental e econômica, com impactos nas sustentabilidades social e cultural, importantes dimensões tanto para a manutenção dos filhos na terra quanto para a garantia de saúde dos mesmos. Ademais, o modelo orgânico tem influenciado as relações de vizinhança, principalmente na visibilidade da sua sustentabilidade espacial, em termos dos ganhos ambiental (intensificação da vida animal e alto acúmulo de matéria orgânica no solo) e econômico (benfeitorias implementadas pelos agricultores em suas unidades de exploração familiares).

Alguns desafios se colocam para a manutenção, a médio e longo prazos, da sustentabilidade socioespacial da agricultura familiar orgânica. O primeiro se refere à construção da autonomia dos agricultores frente às cooperativas de comercialização. O segundo consiste em superar a visão puramente econômica do mercado orgânico, diferenciado e vantajoso, e construir uma consciência por uma agricultura sustentável.

A FRUTICULTURA E A AGROINDÚSTRIA

A terceira área de estudo compreende dois locais: a) a parte noroeste da zona rural do município de Jacuí (MG), onde a plantação de pêssego é a atividade principal de alguns agricultores familiares; b) e a comunidade rural denominada *Queimada Velha*, no município de São Sebastião do Paraíso (MG), onde se destacam agricultores familiares especializados na produção de figo. Os agricultores analisados estão integrados a uma agroindústria local incipiente. O clima regional é favorável à atividade de fruticultura.

A introdução da cultura de figo nessa área remonta à década de 1970, quando um dos agricultores entrevistados, procedente de Valinhos (SP), decidiu vender seus 2 alqueires de terra no referido município e comprar 17 alqueires em São Sebastião do Paraíso. Foi a partir desse produtor que os agricultores familiares, do seu entorno, adotaram o plantio de figo ou de pêssego.

A integração mais acentuada entre o agricultor e a agroindústria remonta ao final da década de 1970 e início dos anos 80, fase do desenvolvimento agrícola marcada pelo colapso do sistema creditício, segundo Mazzali (2000) e Spolador (2001). O desmantelamento do aparato público de financiamento da agricultura e a desregulamentação do setor levaram à redução do papel do Estado no contexto do espaço rural, abrindo brechas para a entrada de novos agentes privados.

Os produtores familiares, ao representarem uma fatia significativa da produção, foram alvo das políticas de expansão e gestão de empresas privadas, neste caso, agroindústrias e cooperativas. Segundo Tubaldini (2000), aqueles devem se enquadrar na lógica das empresas que passam a fornecer-lhes alternativas de cultivo e crédito agrícola e, em troca, se apropriam da produção agrícola.

Os contratos de produção agrícola dos agricultores com as agroindústrias possuem alguns pressupostos básicos: a) a quantidade do produto contratado deve ser entregue

com data e preços preestabelecidos; b) a agroindústria geralmente define as instruções técnicas para o preparo dos cultivos, visando alcançar um padrão de homogeneidade e qualidade. Conforme aponta Queda (1979, p. 28), o agricultor se torna o "fiel depositário dos frutos da plantação".

Algumas críticas podem ser elencadas pelos autores que se opõem ao contrato de produção. Estes afirmam que: a) trata-se de uma forma de integração vertical que levará à destruição da produção de subsistência, em função da subordinação dos produtores e da sua especialização num único cultivo; b) os produtores se transformam em simples assalariados das agroindústrias; c) o processo de trabalho rural dos agricultores passa a ser controlado indiretamente pelas agroindústrias; d) os riscos do empreendimento são transferidos aos produtores pelo contrato.

Nos municípios estudados, a agroindústria é responsável pela captação da produção familiar de figo e pêssego, fazendo prestação de serviços de envasamento com colocação direta do produto no mercado para outras marcas⁴. Segundo o gerente, o transporte de figo para outras regiões perdia qualidade, daí surgiu a oportunidade da criação de uma empresa na região fruticultora que pudesse atender às demais. A criação da marca própria revelou a lucratividade do negócio que tem como metas, de acordo com o gerente, aumentar a produção, divulgar a marca e captar novos clientes.

Sales (1996), ao avaliar a relação dos agricultores familiares, produtores de pêssego e figo em Jacuí, com a agroindústria, destacou que neste município concretizou-se a apropriação de instrumentos do Estado pelo setor privado que desempenha tarefas antes desenvolvidas pelo setor público.

Durante a introdução da cultura do figo na região, o café coexistiu na unidade familiar. Porém, notou-se no campo que o agricultor entrevistado abandonou o cultivo de café, pois a sobrecarga de trabalho do figo é muito grande, exigindo tratos agrícolas permanentes, tornando incompatível para a mão-de-obra familiar levar a cabo as duas atividades econômicas. Como a rentabilidade da cultura do figo é maior que a do café, o agricultor familiar tem se especializado no primeiro.

Os agricultores familiares entrevistados são altamente produtivos, com trabalhos agrícolas cada vez mais intensos e atrelados aos monopólios industriais, neste caso a agroindústria local incipiente. No caso do primeiro agricultor, o mesmo relatou que em apenas 2 alqueires de terra ele e seu filho plantam 6.000 pés de figo e colhem 35 toneladas por ano.

A segunda exploração agrícola possui uma característica explicitamente moderna, porém ainda mantendo a mão-de-obra familiar. O agricultor possui várias linhagens de pêssego e variedades em experiência, tendo visitado, algumas vezes, a EMBRAPA no sul do país. Recentemente, plantou 70.000 pés de pêssego e 20.000 pés de figo em arrendamento, além da sua própria produção interna. Este agricultor possui amplos conhecimentos das condições naturais como as altitudes máximas e mínimas do seu terreno, as temperaturas médias, além de conhecimentos sobre os preços de mercado e livros sobre culturas e práticas agrícolas.

Provavelmente, este agricultor já passou de uma categoria que antes produzia para a subsistência para uma categoria que busca a obtenção de lucro máximo. Ele tem consciência de que a agroindústria se apropria de parte da sua renda da terra ou do que Chayanov teorizou como trabalho familiar não quantificável. Por isso, ele coloca os filhos na lavoura no intuito de reduzir gastos com mão-de-obra. Mesmo assim, o custo objetivo da produção não é quantificado, pois não está computado o trabalho familiar, mas apenas os insumos, transportes etc, daí decorre o preço baixo imposto pelas agroindústrias que não pagam o custo

⁴ Além do figo e do pêssego, são industrializados o abacaxi, o morango e a goiaba, captados de regiões vizinhas.

real da mão-de-obra familiar. Segundo este agricultor: “não acredito numa cooperativa. [Lá] entra mais gente pra atrapalhar do que para cooperar. O dia que o agricultor depender da indústria tá ferrado”.

Sales (1996) apontou o papel marginal da fruticultura com os cultivos comerciais de pêssego e figo no município de Jacuí. Para a autora, o sucesso da iniciativa esteve diretamente relacionada ao grau de inserção social da família e do seu acesso às informações, apontando para a importância de iniciativas de caráter coletivo como as associações e cooperativas, fundamentais para o fortalecimento da capacidade de defesa frente ao mercado e na solução dos problemas cotidianos dos agricultores familiares.

O processo de produção do figo ainda não difunde uma lógica fora dos padrões da modernização seletiva. Conforme aponta Tubaldini (2000), tal aspecto leva a concluir que a fruticultura foge da noção de sustentabilidade. No caso do produtor de pêssego, ao ser interrogado sobre a agricultura orgânica, o mesmo salientou:

O orgânico aqui na região nossa é complicado. Não sou a favor do agrotóxico, deixaria de usá-lo se tivesse outra estratégia que substituísse tal manejo convencional. Entre afetar a saúde do outro e pagar a sua conta, ele [o agricultor] opta por pagar sua conta.

Esta concepção sinaliza o predomínio de um modelo de desenvolvimento dominante, produtivista, no qual o fator econômico tem prevalecido sobre as dimensões ambiental e social, e a quase perda total da autonomia do agricultor frente ao mercado.

Apesar dos agricultores entrevistados se enquadrarem num mesmo perfil, classificado por Lamarche (1993) na categoria de *empresa familiar*, o segundo agricultor analisado está mais propício a uma evolução econômica que irá depender da correlação de forças estabelecidas entre a sua capacidade de barganhar dentro do sistema capitalista e a apropriação da sua renda fundiária pelas agroindústrias. Frente ao término dessa disputa, restará avaliar se na unidade de produção agrícola, propriedade e trabalho ainda estarão intimamente ligados à família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem que imediatamente vem ao espírito quando se fala em produção familiar é a de um empreendimento de dimensões reduzidas e o emprego de técnicas obsoletas de produção (ABRAMOVAY, 1998). Os estudos de caso, efetuados no Sul/Sudoeste de Minas, apontaram que a agricultura familiar não é sinônima de *pequena produção* ou de *agricultura camponesa*. Porém, há de se ressaltar que os resultados obtidos para esta região diferem, substancialmente, de outras partes do estado, principalmente quando levamos em consideração a agricultura familiar das regiões da Zona da Mata, do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

O agricultor familiar do Sul de Minas tem buscado novas alternativas em seus projetos, a partir do que Chayanov (1974) chamou de criatividade. Por isso é importante que se leve em conta nos projetos de desenvolvimento rural a sensibilidade dos agricultores, arquétipos que estão guardados na memória do indivíduo. Este agricultor é capaz de acumular conhecimentos, a sua criatividade e seus valores são uns dos aspectos mais importantes para a manutenção e reprodução da família no campo. Resgatar a velha forma de se relacionar com a terra é imprescindível para a produção de um ambiente que permita alcançar a sustentabilidade econômica, ponto importante, mas não exclusivo, para a construção e conservação da sustentabilidade socioespacial.

A agricultura orgânica está mais próxima da sustentabilidade. Esta forma de produção tem demonstrado que a mudança não se concentra apenas na sua base técnica-produtiva, com vistas à melhoria da dimensão ambiental (sistemas auto-sustentáveis mais eficientes sob a ótica biológica e energética e menos degradante dos recursos naturais) e inserção num mercado diferenciado, mas tem possibilitado a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e a transmissão do seu patrimônio cultural. A conservação dos recursos naturais é possível em função da história, da tradição, dos valores e dos costumes da população rural. Graziano da Silva (1997, p.107) destacou que a importância maior do movimento por uma agricultura sustentável não está na sua "produção da produção", mas na "produção da consciência".

As explorações familiares que hoje se atrelam às agroindústrias, antes ocupadas com uma grande diversidade de cultivos, têm experimentado um processo de substituição da policultura por produtos tipicamente comerciais, em grande parte, ditados pela dinâmica do mercado. Este fato é negativo no sentido de comprometer a auto-suficiência da família.

Investir em políticas de diversidade no rural é significativo, pois permite que o agricultor venha a diversificar a sua oferta de produtos, aumentando sua autonomia em relação aos canais de comercialização. Para tanto, Altieri e Masera (1997) ressaltaram que a busca do desenvolvimento rural sustentável passa pelo rompimento dos preconceitos dos arranjos institucionais, das forças de mercado, das políticas e das pesquisas contra a agricultura familiar. Em termos da dimensão específica da política agrícola, segundo Carmo (1998), o sistema creditício, ao invés de financiar atividades por produto, deveria ser reorientado no sentido de financiar o sistema familiar de produção, o que significa assegurar aos agricultores familiares a remuneração do seu trabalho.

A exploração familiar no Brasil comporta uma diversidade espacial, social e econômica muito heterogênea, apesar de constituir um grupo homogêneo, formado pelos agricultores que, historicamente, têm lançado mão de inúmeras estratégias de sobrevivência para minimizarem a sua precariedade, instabilidade e mobilidade. Adotar apenas um enfoque teórico para compreender a sua lógica produtiva seria minimizar a estrutura e a dinâmica interna e externa da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- ALTIERI, M. A.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 72-105.
- BENARDE, M. A. **Corrida contra a fome**. Tradução de Tereza Borba Gallo e Avelino Corrêa. São Paulo: Atlas, 1971.
- CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para Pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998, p. 215-38.
- CARNEIRO, P.A.S.; PEREIRA, M.F.V. Território da desigualdade: pobreza, fome e concentração fundiária no Brasil contemporâneo. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 255-70, mai./ago. 2005.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. Tradução de José B. de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-63.

COSTA, M. B. B. da. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 15, p. 53-69, jan./abr. 1993.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

EDWARD, J. A Salvação da Lavoura. **Revista Veja**, Edição Especial, n. 30, abr. 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FAO; INCRA, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997, p. 107-27.

HOBBSAWN, E. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperioig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, H. (Org.). **A Agricultura Familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAZZALI, L. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A Agricultura Camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. W. S. de. **Desenvolvimento Rural Local Sustentável**: o manejo integrado da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santana. 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PACHECO, L. Café com Sustentabilidade. **Revista da Emater-MG**, Belo Horizonte, vol. 22, n. 81, p. 20-1, ago. 2005.

PARKER, F.W. As primeiras vitórias. In: CASTRO, J. et al. **O Subdesenvolvimento Econômico**. Tradução de Antônio Sequeira Cabrita. Lisboa: Editorial Presença, 1966, p. 135-50.

QUEDA, O. Algumas Observações sobre as Relações entre a Agroindústria e Produtores Agrícolas. In: QUEDA, O.; SZMRECSANYI, T. (Org.). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 28-39.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense; IBAMA; ENAP, 1993, p. 29-56.

SALES, M. **Os Produtores Familiares de Pêssego e Figo do Município de Jacuí, MG – 1994/1995**. 1996. 191f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência Brasileira de Financiamento da Agricultura**. 2001. 102f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

TUBALDINI, M. A. dos S. Gestão do território e alternativas para a produção. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org.). **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAFERJ, 2000, p. 263-76.

Recebido em outubro de 2006

Aceito em novembro de 2006